

Justiça autoriza retorno de Emanuel à Prefeitura de Cuiabá



Gilberto Leite

O desembargador Luiz Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), determinou o retorno do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) à Prefeitura de Cuiabá e fez um alerta ao gestor para se abster de fazer contratações sem o devido interesse público, sem processo seletivo e sem justificativas. O magistrado citou que 257 dos 259 servidores contratados irregularmente já foram exonerados e apenas duas funcionárias foram mantidas por estarem em período gestacional, "não havendo, nesse particular, falar-se em reiteração da conduta com os pagamentos mensais de vencimentos e do "Prêmio Saúde" para aqueles contratados que deram ensejo ao início da investigação"

PÁG. 3

Mauro lança obra de 'megaparque' na Baixada

O governador Mauro Mendes (DEM) lançou oficialmente, na manhã desta sexta-feira (26), as obras do Parque Novo Mato Grosso, em Cuiabá, que terá um autódromo e um lago de mais de 100 hectares. Após a finalização, o parque poderá receber diversos eventos esportivos, náuticos, moto velocidade, automotivos dentre outros. A expectativa é que o empreendimento fomenta o turismo na região de Chapada dos Guimarães, Pantanal, dentre outras regiões que poderão ser visitadas por turistas que virão a Cuiabá para acompanhar eventos esportivos. A obra deve ser um dos maiores espaços multieventos da América Latina, com capacidade de receber até 100 mil pessoas

PÁG. 3



Gilberto Leite

Intenção de compra de imóveis desacelera

Após um 'boom' de vendas durante a pandemia, a intenção de compra de novos imóveis registrou queda de 7%. É o que apontam levantamentos feitos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional). O setor teve uma mudança de rota durante o 3º trimestre de 2021, contrariando as previsões e planejamentos. Segundo a análise, a alta da taxa dos juros contribuiu para esse momento, já que, quando baixos, os juros criam condições favoráveis para aquisição de um imóvel

PÁG. 7

AL aprova redução de impostos sobre energia e combustíveis

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que reduz o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, energia e comunicações a partir de janeiro de 2022. Com a aprovação do texto, o ICMS da energia elétrica, que varia de 25% a 27%, passará para 17% em todos os setores. O imposto dos serviços como internet e telefonia, atualmente entre 25% e 30%, vai para 17%. Já a gasolina deverá ter uma redução de 2% no ICMS, passando de 25% para 23%. O ICMS do diesel sairá de 17% para 16% e do gás natural sairá de 17% para 12%

PÁG. 5



JLSiqueira/ALMT

Odílio Balbinotti surge como nome da direita ao governo em 2022

O produtor rural e empresário Odílio Balbinotti Filho está sendo cotado pela ala da direita mato-grossense para ser o representante bolsonarista na eleição para o cargo de governador, que ocorrerá no ano que vem. A possível candidatura foi defendida abertamente por políticos mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro. Até o momento, Balbinotti Filho não é filiado a nenhum partido político. Os apoiadores e políticos da ala direita esperam que o agricultor aceite o desafio de ser candidato em Mato Grosso e se filie ao mesmo partido

PÁG. 4

EDITORIAL

O vírus inflacionário

Superada a marca de 10% em 12 meses, a inflação é o grande tormento para a população brasileira e nem mesmo Mato Grosso escapa ileso dos prejuízos trazidos pela perda de poder de compra. Vendo o orçamento ficar cada vez mais espremido, as famílias cuiabanas se mobilizam para conter os gastos e reduziram a intenção de compras para o final de ano. Para o comércio é uma péssima notícia. Duas das mais importantes datas para os lojistas, a Black Friday e o Natal, devem proporcionar ganhos muito menores que

aqueles previstos no meio do ano, quando o país superava a segunda onda de covid-19 e o otimismo imperava.

Conforme pesquisa que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) de Cuiabá, houve queda de 1,2% na intenção de consumo durante o mês de novembro, na comparação com o mês anterior. Medido em uma escala de 0 a 200, o ICF das famílias cuiabanas marcou 72,4 pontos. Apesar disso, ainda permanece em patamar melhor que no mesmo período do ano passado, quando estava em 68,4 pontos.

Estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) dá uma dimensão do prejuízo que a inflação irá causar ao comércio brasileiro neste final de ano. Conforme o levantamento, as vendas do varejo neste final de ano devem ficar R\$ 44,7 bilhões abaixo dos R\$ 792 bilhões estimados no começo de 2021. Os comerciantes já vêm sentindo o resultado disso há alguns meses, com quedas consecutivas nas vendas. Segundo levantamento do IBGE, agosto e setembro registraram queda nas vendas, fechando o 3º trimestre no vermelho. Outubro apresentou leve melhora, abaixo de 1%.

Além do prejuízo ao comércio, a redução nas vendas durante o final de ano complica também a situação da indústria nacional. É que o bom desempenho do varejo na reta final do ano causa a recomposição dos estoques e estimula a produção industrial, o que ajuda a dar um impulso na economia durante um dos piores períodos do ano - o começo. Diante da possibilidade de que ocorra o resultado oposto, já há quem projete um cenário pior para a economia em 2022.

A crise energética continua sendo a principal vilã, atrelada à escorchante política de preços da Petrobras. Enquanto os brasileiros se-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

quem comprando combustíveis em preços dolarizados, a economia nacional sucumbe e os acionistas da petroleira estatal têm motivo de sobra para comemorar. E assim caminhamos para o último mês do ano com a perspectiva de um país profundamente desigual. Os mais prejudicados, como sempre, são os trabalhadores.

A Década de Ouro

Vivaldo Lopes (*)

A agropecuária de Mato Grosso viveu a sua melhor década no período de 2010 a 2020. Na ótica do crescimento econômico, verdadeira "Década de Ouro". Nesses dez anos de exuberância produtiva, houve expressivo aumento da produção de grãos, de carnes, de fibras, produtos florestais e biocombustíveis. O setor agropecuario aumentou consideravelmente a produtividade, a rentabilidade, valor bruto da produção e sua participação no PIB estadual. O protagonismo dessa arrancada veio da soja, milho, algodão e carnes (bovina, suína e frangos). O estado diversificou sua base produtiva, incorporando novos municípios à produção agrícola e ocupou a posição de maior produtor agropecuario do país, superando estados outrora campeões nacionais, como Rio Grande do Sul e Paraná. Tornou-se um "case" de sucesso mundial e um "player" mundial da produção de commodities agrícolas. Se comparado a um país, Mato Grosso seria o quinto maior produtor agropecuario mundial, ficando atrás apenas de EUA, China, Argentina e Austrália.

O apoio recebido dos governos federal e estadual foram de suprema importância para

essa empreitada empreendedora. A administração federal aprovou lei nacional, chamada Lei Kandir, que isenta do pagamento de todos os tributos federais e estaduais a produção exportada para outros países. Também foi o grande provedor de crédito rural barato, pesquisa agropecuária, por meio da Embrapa e da infraestrutura rodoviária, que garante o transporte competitivo da produção até os centros de consumo e portos marítimos. O governo estadual participa com a logística rodoviária e benefícios fiscais que abrangem todo o processo produtivo, desde a aquisição de bens de capital, veículos, maquinários, implementos e insumos agrícolas, como fertilizantes e inseticidas, que contam com alíquotas menores de ICMS.

A força produtiva fica evidente nos dados dos dois principais produtos da revolução agropecuária, soja e milho. Em 2010 a produção de soja era de 18,7 milhões de toneladas. Na safra de 2021 foram colhidas 37,4 milhões de toneladas. A produção milho que era de 8 milhões de toneladas em 2010, chegou a 35 milhões em 2020. A soja, principal produto da pauta de exportações brasileiras, exerce o protagonismo da produção agrícola nacional, chegando a 122 milhões de toneladas na

safrá 2021. Desse total, 37,4 milhões foram produzidas em Mato Grosso (30,6%). Sorriso e Sapezal são os dois municípios que mais produzem soja do país. Segundo pesquisa recentemente divulgada pelo IBGE, dos 50 municípios maiores produtores agrícolas do Brasil, 20 são de Mato Grosso.

A industrialização de carnes e etanol contribuiu de forma considerável para o crescimento econômico do período. A expansão de novas plantas frigoríficas e o surgimento da indústria do etanol de milho ajudaram a qualificar o mercado de trabalho, melhorar a renda e aumentar o consumo no comércio local. Do pioneirismo da usina USIMAT, de Campos de Júlio, que em 2013 inaugurou a primeira indústria de etanol de milho, seguida pela usina Libra, de São José de Rio Claro, chegamos à marca de 5 bilhões de litros de etanol em 2021. Nesse ínterim, novas plantas industriais de etanol foram montadas em diversas regiões do estado, chegando ao total de 14, agregando mais valor à economia estadual. A maioria das plantas está preparada para extrair etanol da cana de açúcar e do milho, operando o ano todo.

O desafio para a próxima década é acelerar a industrialização do estado, re-

duzir desigualdades regionais e de renda. Para isso, é necessário incorporar mais municípios à produção de bens agropecuarios e ao processo de industrialização de alimentos, fibras e produtos florestais. Atrair indústrias de celulose torna-se alternativa interessante e urgente para regiões com condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo de eucalipto, como já ocorre nos municípios de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, no vizinho estado de Mato Grosso do Sul. A aceleração de infraestruturas como novas ferrovias, privatização de rodovias, implantação da internet 5G e chegada do etanol-duto, são condições imprescindíveis para que a década de 2021 a 2030 seja outra década dourada para a economia de Mato Grosso.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP e escreve exclusivamente neste espaço às quintas-feiras. E-mail: vivaldo@uol.com.br.



O banheiro nosso de cada dia

Rosana Leite (*)

Ao falar em liberdade de gênero neste país tantos temas são enfrentados. Situações são criadas a todo instante, para dificultar o que deve ser natural. Qual banheiro cada pessoa deve fazer uso?

Sem entrar na legislação a respeito do tema, mesmo porque, por obviedade, em locais públicos existem banheiros divididos em masculino e feminino. Às vezes, é possível ler na porta dos banheiros: homem, mulher. Alguns trazem figuras indicativas de representações, sem qualquer palavra, advertindo que determinado local é destinado para uso de mulheres, e o outro para os homens. Qual é a dúvida? Que complicação existe nisso?

As problematizações surgem de cabeças onde as discriminações e preconceitos fazem morada, sem dúvida. Ora, como você se enxerga socialmente e intimamente é o respectivo banheiro a ser utilizado.

E o risco? De que temor está se falando? Qual é o perigo de uma pessoa que nasceu mulher ocupar um recinto que alguém que se sente mulher já ocupa?! De que se tem medo, de fato? E se uma criança que nasceu menina ocupar o mesmo local que uma mulher trans ou travesti? Se os problemas forem esses, porque não banheiro para mulheres solteiras, mulheres casadas, meninas e crianças, tudo de forma separada?

E assim agir com o gênero masculino também. Se o tal 'perigo' está em violência sexual de vulneráveis, cada qual, por idade e estado civil deve ter o seu 'bathroom'. Todavia, separar por identidade de gênero, jamais.

É preciso, mais uma vez, mencionar que educação sexual e liberdade de gênero são temas para tratar na escola e em casa para crianças e adolescentes. Se o argumento está justamente em tal 'perigo', educar sobre a sexualidade para entender o que é permitido e o que não é, se perfaz em primordial.

De outro turno, ensinar que não é escolha a identidade de gênero, que não há qualquer diferença na normalidade, é educar para um mundo melhor. Crianças e adolescentes que recebem educação e informação de forma natural aprendem e aprendem facilmente.

No poder público é como se fosse 'livre arbítrio' ou 'discricionariedade' incluir a comunidade LGBTQIAP+, desrespeitando por completo a Constituição Federal, tratados e convenções internacionais. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a função pública não pode se sobrepor a pessoas. Não é inclusão criar espaços específicos.

Mato Grosso possui de há muito conselhos de direitos sobre diversos temas importantes para a sociedade, principalmente quando o assunto é a vulnerabilidade. Todavia, quando se cuida de diversidade, um dos segmentos que mais necessitam, não é possível. Privilégios? Onde estão?

Cidadã e a retomada da democracia no Brasil, os conselhos de direitos passaram

a ser instrumentos de ação para se firmar políticas públicas homogêneas, estreitando laços entre poder público e os movimentos sociais.

Temos estatísticas e situações a justificar a criação e instalação do aludido conselho. Não estamos falando do estado com maior índice de assassinato da população LGBTQIAP+? Precisamos de mais?

Os banheiros? Ah, o gênero, a orientação e a liberdade sexual são apenas detalhes... Cada qual utiliza o que quiser e se sentir confortável e melhor.

"Me deixa ver como viver é bom/Não é a vida como está, e sim as coisas como são/Você não quis tentar me ajudar/Então, a culpa é de quem? A culpa é de quem?" (Renato Russo).

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



E por falar em Sororidade...

Jaqueline Larréa (*)

Há centenas de anos as conquistas alcançadas pelas mulheres são amplamente festejadas, posto que nascem de muitas lutas, muita resiliência, muita determinação e vontade de mudar o cenário da desigualdade de gênero que assola a humanidade desde os seus primórdios.

Diante disso, das mínimas às mais grandiosas, as vitórias que as mulheres alcançam com posições e direitos junto a Sociedade são fruto de muita UNIÃO, porque sem a vontade somada não seria possível galgar o espaço que se vem conquistando nos "universos masculinizados".

Daí nasceu uma das mais novas expressões do vernáculo, que sequer encontra-se incluída em todos os dicionários da língua portuguesa: SORORIDADE. Que em resumo se refere a união e solidariedade entre as mulheres como forma de combate a opressão, violência e exclusão do gênero feminino.

Como mulher, advogada, esposa, filha, irmã e amiga, coloco em prática a sororidade no meu âmbito de convivência, porque sei exatamente o que é ser mulher, e sofrer os ultrajes de um processo discriminatório conjuntural de uma Sociedade que prega e age de forma totalmente antagônicas.

É mais fácil entender a realidade que as mulheres sofrem no mercado de trabalho e

na Sociedade em que convivem, sendo uma mulher, porque o sentimento que se desperta no âmago mais profundo do ser, somente se aflora sofrendo a dura realidade das batalhas que se tem que travar simplesmente por ser mulher. Mas isso não exclui a luta e a sensibilidade irmanada que os homens de bem tem para conosco, quando se somam às nossas lutas e reivindicações, e são muitos os que nos enxergam como merecedoras dessa atenção e dessa dedicação.

O que causa imensa estranheza é a ausência dessa compaixão e desse sentimento de solidariedade feminina quando vemos uma mulher na contramão desse ideário de igualdade de gênero, posto que a luta beneficia a todas as mulheres, e edifica uma Sociedade mais justa e ética.

Nesta toada, a disputa eleitoral para a Presidência da OAB/MT nos trouxe uma reflexão, que, para muitos, poderia estar defasada, ultrapassada e mitigada, mas a realidade se mostrou muito diferente do ideário de uma sociedade justa sob o espectro da igualdade de gênero.

Eis então que surge a oportunidade de se praticar a sororidade pois uma mulher tem a galhardia de concorrer à Presidência da OAB/MT e se mostra favorita na disputa, o que desperta em todas nós mulheres um sentimento altivo de representatividade e esperança de que a igualdade de gênero cada vez mais se consolide.

Contudo, em que pese termos na OAB o dever legal de paridade, o que significa que metade dos candidatos a cargos políticos devem ser mulheres, quando exsurge essa oportunidade de ecoar a sororidade e de se enaltecer a coragem de uma mulher disputar a Presidência da OAB/MT de forma limpa, transparente, com histórico de trabalho prestado pela advocacia, a realidade vivenciada nos entristece, sobremaneira.

A busca do poder pelo poder tem demonstrado que o interesse pessoal simplesmente transcende o bom senso e o despertar da sororidade. No grupo opositor, onde metade das candidatas é mulher, estamos vendo o desenrolar de uma campanha que se resume a ataques a pessoa da candidata a Presidente, alcunhando-a de marionete, desprestigiando sua personalidade, sua história, suas lutas, e isto somente por ser mulher.

É extremamente repugnante que, em um universo social onde convivem somente advogados e advogadas tenhamos externalizações dessa natureza que diminuem a figura da candidata a Presidente somente por ser mulher, sem sequer lhe considerar os atributos necessários para o pleno exercício do cargo e da representatividade.

Por isso, além de esclarecer e conceituar superficialmente a expressão "sororidade", este artigo tem a pretensão de contribuir com a reflexão de todas as mulheres advogadas do Estado de Mato Grosso, pois temos a oportunidade única de eleger a segunda mulher Presidente da nossa Seccional, em um momento ímpar para a concretização da igualdade de gênero.

A Sororidade está ecoando na porta de todas nós, clamando por irmandade e solidariedade com uma mulher que é advogada, mãe, esposa e candidata a Presidente da OAB/MT, que está dedicando seu tempo precioso de vida para escrever uma história diferente para todas nós, por todas nós, em conjunto com todas nós.

As eleições ocorrerão dia 26/11/2021, e esta é a oportunidade de escrever uma nova história e com novos rumos, e fica aqui o meu clamor pela sororidade.

* JAQUELINE LARRÉA é advogada.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpresomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

APÓS 37 DIAS

Desembargador cita que contratações investigadas pelo MP já foram desfeitas e não há mais motivos para sustentar o afastamento do prefeito

TJ autoriza retorno de Emanuel

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O desembargador Luiz Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), determinou o retorno do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) à Prefeitura de Cuiabá e fez um alerta ao gestor para se abster de fazer contratações sem o devido interesse público, sem processo seletivo e sem justificativas.

Eventuais contratações que desrespeitem os princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade e eficiência, serão consideradas como continuidade de delitiva dos supostos crimes que levaram ao afastamento do gestor no dia 19 de outubro deste ano. O prefeito ficou 37 dias afastado.

Além de implicar em outro afastamento, o

prefeito corre risco de ser preso em caso de reiteração delitiva.

“Registre-se, por importante, que tal comando é perfeitamente possível em decorrência do poder geral de cautela, com o objetivo de evitar medidas mais drásticas como a de novo afastamento do cargo ou até mesmo um decreto prisional, sendo a referida advertência apropriada, necessária e razoável ao caso em análise”, diz o magistrado, após fazer o alerta.

Luiz Ferreira concluiu que o objetivo do afastamento do prefeito foi alcançado, uma vez que o Ministério Público de Mato Grosso ofereceu denúncia contra o gestor e os demais investigados no último dia 17. Também cita a decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, que autorizou o retorno de Emanuel, no âmbito da esfera cível.

Ademais, dos 259 servidores contratados irregularmente, 257 foram exonerados e apenas duas funcionárias foram mantidas



Emanuel retorna ao cargo após 37 dias de afastamento

por estarem em período gestacional, “não havendo, nesse particular, falar-se em reiteração da conduta com os pagamentos mensais de vencimentos e do “Prêmio Saúde” para aqueles contratados que deram

ensejo ao início da investigação”.

Diante disso, o desembargador optou por substituir a medida de afastamento pela determinação de que o prefeito se abstenha de manter contato com ou-

tros investigados, com exceção da primeira-dama Márcia Pinheiro. Apesar de ter autorizado a volta de Emanuel, o desembargador manteve o julgamento das preliminares pela Turma de Câmaras Criminais Reu-

nidas. O julgamento será realizado no dia 16 de dezembro.

“Posto isso, considerando que as diligências referentes à apreensão dos documentos e equipamentos necessários para a colheita da prova para subsidiar o Ministério Público já foi concluída e a denúncia ofertada a tempo e modo devidos; bem como em decorrência dos fatos novos trazidos pelo agravante, acolho em parte o pedido de reanálise da medida cautelar de seu afastamento”, disse.

OPERAÇÃO - A Operação Capistrum foi deflagrada pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) e pelo Ministério Público no dia 19 de outubro. Foram alvos da operação, além de Emanuel e a primeira-dama Márcia Pinheiro, o então chefe de gabinete de Emanuel, Antonio Monreal Neto, Ivone de Souza (secretária-adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos) e Ricardo Aparecido Ribeiro (ex-coordenador de Recursos Humanos).

‘DEMOROU DEMAIS’

Governo vai bancar troca de modal

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) revelou que decidiu quitar o financiamento contraído para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Com isso, o governo não precisaria mais do aval da Caixa Econômica para realizar a troca do modal para o BRT (Ônibus de Trânsito Rápido, na sigla em inglês), anunciada em dezembro de 2020. A dívida restante do VLT é estimada em R\$ 560 milhões.

Em entrevista coletiva, Mauro explicou que o fim da relação contratual com a CEF permitirá que o governo dê início à licitação das obras do novo modal. O governo pretende tocar as obras do BRT apenas com recursos próprios da caixa estadual, sem contrair novos empréstimos.

“Isso [troca do modal] foi pedido no início do ano. A licitação [do BRT] está pronta e não podemos soltar essa licitação

antes que haja uma decisão deles, pois eles são agentes financiadores. Como eles estão demorando muito, o governo do Estado vai lá pagar esse financiamento. Então, encerra essa relação e essa dependência de uma anuência deles de migração do modal”, disse.

O governador garante que não haverá prejuízo para o Estado com a quitação do empréstimo. Isso porque o dinheiro necessário está sendo disputado em ação movida contra o Consórcio VLT, que pede ressarcimento de R\$ 1,2 bilhão aos cofres públicos pela não conclusão das obras iniciadas em 2012.

“O governo já pediu de volta o dinheiro. Os vagões estão na posse deles. O governo, à época, comprou um sistema de transporte coletivo implantado. Eles não entregaram isso. O governo comprou um sistema e, no meio do caminho, o contrato foi rescindido por culpa deles. O governo disse:

leve embora seus vagões e devolva aos cofres públicos algo em torno de R\$ 1,2 bilhão”, explanou o governador.

O Estado aguardava uma autorização para mudar a finalidade do financiamento, do VLT para o BRT, mas o pedido precisou ser avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em decisão tomada na noite de quarta, 24 de novembro, o TCU vetou a transferência dos recursos de um projeto para o outro, se não houver Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

A mudança do VLT pelo BRT foi anunciada pelo governador no final de 2020, iniciando uma batalha jurídica entre ele e o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), defensor do modal anterior. Apesar de Pinheiro ter ingressado com várias ações contra a troca do modal, as decisões foram favoráveis ao governo estadual. O prefeito até conseguiu

autorização da Câmara dos Vereadores para fazer uma consulta à população, mas o plebiscito foi barrado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Os motivos que levaram à mudança do modal vão desde a corrupção feita antes de iniciar o contrato com o Consórcio VLT, com pagamento de propina ao ex-governador Silval Barbosa, até a inviabilidade do modal anterior, que teria passagem mais cara e capacidade de expansão menor em relação ao BRT. Conforme estudo divulgado no final de 2020, a tarifa do VLT custaria R\$ 5,28, enquanto a do BRT ficaria em R\$ 3,04.

Após a decisão pela troca, o governo impetrou ação contra o Consórcio VLT, pedindo que o Consórcio pague indenização ao Estado, além de retirar os trilhos e vagões de Cuiabá e Várzea Grande, já que não teriam utilidade mais para o novo modal de transporte.

AUTÓDROMO E LAGO

Mauro lança obra de ‘megaparque’ na Baixada

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) lançou oficialmente, as obras do Parque Novo Mato Grosso, em Cuiabá, que terá um autódromo e um lago de mais de 100 hectares. Após a finalização, o parque poderá receber diversos eventos esportivos, náuticos, moto velocidade, automotivos dentre outros.

O lançamento da obra foi feito ao lado do ex-piloto da Fórmula 1, Nelson Piquet.

Durante o lançamento, Mauro classificou a obra, realizada pelo Governo do Estado, como a mais importante para a Baixada Cuiabana. A expectativa é que o empreendimento fomenta o turismo na região de Chapada dos Guimarães, Pantanal, dentre outras regiões que poderão ser visitadas por turistas que virão a Cuiabá para acompanhar eventos esportivos.

“O Parque Novo Mato Grosso foi concebido não só para grandes eventos esportivos, mas para o dia a dia das pessoas. Esta obra aqui, talvez, seja a mais importante iniciativa que o governo do Estado está fazendo na Baixada Cuiabana, porque terá capacidade de atrair inúmeros eventos, muito maior inclusive que o próprio futebol”, disse.

O evento também contou com a participação do ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi, de deputados estaduais, e também do prefeito de Cuiabá em exercício, José Roberto Stopa (PV).

O terreno onde o parque está sendo construído foi doado pelo Grupo Bom Futuro, que pertence ao empresário Eraí Maggi, primo do ex-ministro do Mapa, Blairo Maggi. A entrada do parque será na Estrada de Chapada, cerca de 11 km da trincheira que fica no entroncamento da Rodovia Helder Cândia (Estrada da Guia) e MT-251, Estrada de Chapada.

A obra deve ser um dos maiores espaços multieventos da América Latina. O local, após a finalização, deverá contar com mais de 12 mil vagas de estacionamento para carros, espaço para shows e eventos com capacidade para 100 mil pessoas, kartódromo, lago para prática esportiva, museu do agro, pista de motocross, pista de caminhada de 5 km, pista de skate, pista de ciclismo, pista de bicross, parque da família e pista para arrancadão.

“Estamos projetando esse autódromo para atender as normas internacionais de todas as modalidades de automobilismo e colocar aqui mais de 100 mil pessoas nas corridas. Todos vão ter orgulho de vir aqui”, concluiu o governador.

PROTEÇÃO SOCIAL

Veto a distribuição de absorventes é derrubado

Gabriel Soares

O veto do governador Mauro Mendes (DEM) ao projeto de lei que garante a distribuição gratuita de absorventes para meninas de baixa renda nas escolas públicas de Mato Grosso foi derrubado pela Assembleia Legislativa. A votação terminou com placar de 14 votos a 7.

O governador vetou o projeto sob o argumento de que apresentava vício de iniciativa, já que criava despesas para o Estado e, por isso, deveria ter sido proposto pelo Poder Executivo. A ideia,

no entanto, partiu do deputado Silvio Fávero (falecido em março deste ano) e teve como coautora a deputada Janaína Riva (MDB).

“Muitas meninas deixam de ir à escola, colocam miolo de pão na vagina, usam fraldas de pano ou simplesmente deixam de ir à escola por vergonha e medo de vazamentos e por não terem dinheiro pra comprar absorventes”, disse a deputada, ao defender a derrubada do veto.

Sobre a fonte de custeio, não especificada no projeto, Janaína explicou

que o governo pode usar recursos de três secretarias, a depender de como irá tratar o programa. A deputada destacou que os municípios já trabalham dessa forma.

“Nós queremos priorizar as escolas. De onde vai sair esse recurso? Pode sair de várias áreas, da Educação, da Saúde ou da Assistência Social. Os municípios de Mato Grosso estão trabalhando com essas três secretarias”, pontuou.

Projetos semelhantes já foram aprovados nos estados de Goiás, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio

de Janeiro. A distribuição de absorventes também foi objeto de um projeto de lei do Congresso Nacional, que foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. Após a repercussão negativa, o governo voltou atrás e prometeu que iria viabilizar a distribuição de absorventes às mulheres carentes.

MUDANÇA NO IMPOSTO - Após a aprovação no projeto, Janaína apontou que outra alteração deve ser feita nas leis para mudar a caracterização dos absorventes femininos para fins de imposto. Atualmente, os

absorventes são tratados como cosméticos, que são considerados itens supérfluos e recolhem impostos mais altos.

“Uma questão que a gente precisa mudar aqui na Assembleia Legislativa é com relação à característica do absorvente na Secretaria de Fazenda. Ele é tido como cosmético. Tem que mudar. Tem que ser tido como medicamento, porque é de uso contínuo, regular e mensal. A gente quer mudar isso, inclusive, para a questão de imposto, para que fique mais barato”, pontuou.

A BOLA DA VEZ

Balbinotti Filho não é filiado a nenhum partido político, mas participa ativamente na política e defende bandeiras do presidente Bolsonaro

Direita quer lançar agricultor

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O agricultor e produtor rural, Odílio Balbinotti Filho, está sendo cotado pela ala da direita mato-grossense para ser o representante bolsonarista na eleição para o cargo de governador, que ocorrerá no ano que vem. A possível candidatura de Balbinotti foi defendida abertamente por políticos mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro.

Balbinotti Filho é proprietário de uma empresa líder nacional do setor de produção de sementes e tem se articulado na defesa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). No auge da pan-

demia, o agricultor ajudou na montagem de UTIs covid-19 na Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis e ajudou a idealizar e implantar o Missão Cidadão, ação desenvolvida por um grupo de entidades de Rondonópolis com a finalidade de apoiar o município na identificação e tratamento de infectados pelo novo coronavírus.

Em janeiro deste ano, Balbinotti Filho escreveu um artigo para elogiar as ações do presidente, dizendo que Bolsonaro fez o agro crescer 10 anos em dois.

“Sempre defendi que atividades produtivas como agricultura, indústria e serviços, não precisam de subsídios. O que os empresários precisam é de segurança jurídica, desburocratização e infraestrutura e isso é exatamente o que esse governo tem feito”, diz parte do artigo do agricultor.

Até o momento, Balbinotti Filho não é filiado a nenhum partido político.



Políticos de MT ligados a Bolsonaro defenderam abertamente a candidatura de Balbinotti Filho ao governo do Estado

Os apoiadores e políticos da ala direita esperam que o agricultor aceite o desafio de ser candidato em Mato Grosso e se filie ao mesmo partido que o presidente Bolsonaro escolher. Por hora, Bolsonaro mantém con-

versas com PL, PP e PTB sobre uma possível filiação, mas ainda não bateu o martelo.

“Competente e com credibilidade, Odílio representa o sentimento do mato-grossense que está descontente com uma

gestão que ostenta os cofres cheios de dinheiro enquanto pessoas passam fome ou morrem por falta de leitos de UTIs. Odílio será um governador de resultados, que cumpre os compromissos e que governará para

todos. Além disso, será parceiro do presidente Bolsonaro e reconhecerá todo o apoio do Governo Federal ao nosso estado”, falou o deputado José Medeiros (Podemos).

Outro que defendeu a candidatura de Balbinotti Filho foi ex-deputado federal Victório Galli, que é presidente estadual do Patriota. Ele afirma que a entrada do agricultor na disputa pelo governo oferece aos mato-grossenses uma alternativa viável e de credibilidade.

Antes de Balbinotti, a direita mato-grossense ‘flertava’ com dois outros nomes para concorrer ao governo: o senador Wellington Fagundes (PL) e o ex-deputado federal Nilson Leitão (PSDB). Contudo, os dois não foram aceitos de forma unânime pelo grupo. Além disso, Fagundes tem dito publicamente que sua intenção é disputar a reeleição ao Senado e negou qualquer interesse em concorrer ao governo.

NOVA LEI

“Nada mais justo que pagar pela tornozeleira”

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que a regulamentação da lei que permite a cobrança aos reeducandos pelo uso da tornozeleira, publicada na última semana, é uma medida que faz justiça à sociedade, que ainda arca com os prejuízos causados pelos criminosos.

A regulamentação foi publicada na última sexta-feira (19). Além da tornozeleira, também passará a ser cobrado o uso do botão do pânico por parte dos agressores. O valor diário do uso da tornozeleira eletrônica será de R\$ 5,70.

Já quando houver determinação de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, o agressor deverá arcar não só com as despesas da tornozeleira, mas

também do botão do pânico da vítima. O valor diário, nesses casos, será de R\$ 11,40.

“Essa lei é uma iniciativa do Governo do Estado, nós mandamos para Assembleia, que aprovou, e agora regulamentamos. Nós vamos sim cobrar daqueles que podem pagar. O reeducando vai cumprir esse regime de liberdade monitorada, mas vai arcar com o custo, porque ele está dando um prejuízo por um crime que ele cometeu, e ele tendo condições vai pagar, vai pagar”, declarou.

A determinação da cobrança do monitoramento eletrônico deverá ser estabelecida por meio de decisão judicial, que vai determinar o pagamento a todos que tiverem condições financeiras. A sistemática da cobrança envolve a Sesp,

Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e o Poder Judiciário.

Em caso de quebra do equipamento ou extravio dos aparelhos e do botão do pânico, também haverá cobrança. Hoje Mato Grosso conta com 5.963 monitorados por tornozeleira eletrônica e 65 pessoas usando botões do pânico.

“Essas milhares de tornozeleiras têm um custo mensal, porque não é só a tornozeleira, é o sistema de monitoramento e de gerenciamento, para que ele cumpra as restrições impostas pelo Poder Judiciário quando lhe confere essa prerrogativa da liberdade monitorada. Então nada mais justo com a sociedade do que o reeducando pagar pelo uso do equipamento”, finalizou Mauro Mendes.



Rebatendo críticas ao projeto, Mauro destacou que uso da tornozeleira será cobrado de quem pode pagar

USO DE MÁSCARAS

Gilberto critica flexibilização

Da redação

O secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, disse que vê com preocupação a atitude do prefeito em exercício de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), que flexibilizou e colocou como facultativo o uso de máscaras na capital em ambientes abertos.

De acordo com o secretário, os prefeitos têm autonomia para definir as medidas de biossegurança em seus respectivos municípios, mas acha precipitada a medida anunciada por Stopa.

“O grande problema neste momento é que essas flexibilizações começam a estimular a população como se a pandemia tivesse acabado. Eu vejo com preocupação porque nós não atingimos a meta que é de imunizar 90% da população e existem sinais de uma nova onda em outros países, então nós temos que ter prudência”, detalhou Gilberto.

Figueiredo ainda disse que tanto ele quanto o governador Mauro Mendes (DEM) já anunciaram que irão se pronunciar sobre o uso de máscaras somente em dezembro. O secretá-

rio ainda recomenda que a população continue usando o item e seguindo as medidas de biossegurança.

“Nós recomendamos à população a manter as medidas não farmacológicas que já há comprovação científica de que elas são eficazes e reduzem de forma substancial a transmissão do vírus”, concluiu.

FLEXIBILIZAÇÃO - Stopa assinou no último dia 19 o decreto autorizando o uso de máscaras de forma facultativa após considerar a queda dos números da pandemia da covid-19 e os resultados da campanha Vacina Cuiabá, que já aplicou mais de 828 mil doses desde o seu lançamento em 20 de janeiro de 2021.

Outro dado utilizado para adoção da medida é o fato de que até o momento Cuiabá já atingiu a cobertura vacinal de 90% da primeira dose para o público acima de 18 anos (459.541 mil pessoas). Já o esquema vacinal completo (primeira e segunda dose ou dose única) chega a 76,8%. Já para pessoas de 12 a 17 anos, o percentual atingido é de 66% de adolescentes vacinados (de um total de 54 mil pessoas).

OPERAÇÃO CAPISTRUM

TJ marca julgamento sobre retorno de Emanuel ao cargo

Da redação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) marcou para o dia 16 de dezembro o julgamento do recurso do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, contra seu afastamento do cargo, ocorrido no dia 19 de outubro. O julgamento deveria ter ocorrido na última quinta (18), mas foi suspenso após o Ministério Público Estadual (MPE) apresentar denúncia contra o gestor.

O agravo interno será julgado pela Turma de Câmaras Criminais Reunidas do TJMT e é relatado pelo desembargador Luiz Ferreira da Silva. A sessão deve ser realizada por meio de videoconferência.

Emanuel foi afastado na Operação Capistrum, que investiga a contratação irregular de servidores temporários e pagamento ilegal de prêmio saúde aos servidores indicados pelos vereadores da base. As contratações e pagamentos de prêmio saúde, segundo as investigações, eram realizadas em troca de apoio político.

Além do prefeito, a primeira-dama Márcia Pinheiro também é investigada, além do chefe de gabinete da Prefeitura de Cuiabá, Antonio Monreal Neto, que foi preso por supostamente obstruir as investigações. O chefe de gabinete foi solto alguns dias depois da operação e foi obrigado a usar tornozeleira eletrônica.

Além disso, a secretaria-adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos, Ivone de Souza, e o ex-coordenador de Gestão de Pessoas, Ricardo Aparecido Ribeiro, também são investigados no processo. O MP também pediu o bloqueio de mais de R\$ 16 milhões dos investigados, valor referente ao prejuízo causado pela suposta organização.

Na última semana, o prefeito conseguiu reverter uma das decisões de seu afastamento de 90 dias, no âmbito da esfera cível, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para voltar à Prefeitura, Emanuel deve convencer a Turma de Câmaras Criminais Reunidas do TJMT.

ALÍVIO NO BOLSO

Cortes atingem alíquota do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis e comunicações, que passarão a valer em janeiro de 2022

AL aprova redução de impostos

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, na quarta-feira (24), o Projeto de Lei Complementar (PLC) que reduz o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, energia e comunicações. A redução foi anunciada no final do mês de setembro e começa a valer a partir de janeiro de 2022. O projeto agora precisa ser sancionado pelo governador Mauro Mendes (DEM).

"Agradeço a Assembleia Legislativa pela sensibilidade em aprovar esse projeto que vai beneficiar todos os mato-grossenses a partir de janeiro. Estamos abrindo mão de arrecadar R\$ 1,2 bilhão por ano para que esse dinheiro



Projeto de redução de impostos foi aprovado por unanimidade na Assembleia e segue para sanção do governador

continue no bolso do cidadão. Se o Estado está melhor, é questão de justiça reduzir a conta para a população", disse o governador, momentos após a aprovação.

Com a aprovação do texto, o ICMS da energia elétrica, que varia de 25% a 27%, passará

para 17% em todos os setores. O imposto dos serviços como internet e telefonia, atualmente entre 25% e 30%, vai para 17%. Já a gasolina deverá ter uma redução de 2% no ICMS, passando de 25% para 23%. O ICMS do diesel sairá de 17% para 16% e do gás

natural sairá de 17% para 12%.

Já o ICMS cobrado sobre o uso do sistema de distribuição da energia solar terá uma redução de 25% para 17%.

De acordo com estimativa da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz/MT), a mudança na legislação

vai provocar uma perda de mais de R\$ 1,2 bilhão nos cofres públicos. Por outro lado, a Pasta espera uma redução no preço dos serviços e produtos, como o da gasolina, uma das grandes reivindicações da população, que tem sofrido com os aumentos sucessivos.

A Sefaz espera uma redução de 16 centavos no litro da gasolina e de 6 centavos no litro do diesel. O texto foi aprovado com apoio até mesmo da oposição, que também criticou o momento da redução, alegando que isso deveria ter sido feito em 2020, momento em que a população mais sofria com a pandemia e os efeitos econômicos, como demissões.

O deputado Lúcio Cabral (PT) também chegou a apresentar uma emenda que reduzia o ICMS da gasolina para 17%, assim como todas as alíquotas do ICMS definidas pela Sefaz no PLC. A emenda, entretanto, foi reprovada pelo plenário da Assembleia.

"Nós fizemos o cálculo da arrecadação que o Estado teve em 2021 com gasolina, com o ICMS de gasolina, e nós poderíamos reduzir até a 14% o ICMS da gasolina e não perderia arrecadação. Portanto, a proposta é que a alíquota seja 17%, que é o que está estabelecido para todas as transações de mercadorias e serviços do interior do estado", afirmou.

DOAÇÃO DE R\$ 3 MI

Juiz manda MP investigar doação à campanha de Taques

Gabriel Soares

A Justiça Eleitoral negou pedido feito pela defesa do ex-governador Pedro Taques (SD) e decidiu manter a decisão que repassou à Justiça Comum o inquérito que apura possíveis irregularidades na doação de R\$ 3 milhões para sua campanha eleitoral em 2014. A decisão é do juiz Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto, da 51ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, proferida na última quinta-feira, 18 de novembro.

O inquérito investigava a suspeita de caixa dois na doação feita pela Cervejaria Petrópolis à campanha de Taques. Conforme delação pre-

miada do empresário Alan Malouf, a empresa teria feito a doação para garantir a manutenção de seus incentivos fiscais durante a gestão de Pedro Taques.

Ao analisar o caso, a Justiça Eleitoral não encontrou indícios de caixa dois, já que a doação ocorreu de forma oficial. Por isso, determinou a remessa do inquérito para o Ministério Público Público Estadual (MPMT), para que seja investigada a possibilidade de ocorrência do crime de corrupção.

A defesa de Taques recorreu para manter o inquérito na Justiça Eleitoral para análise da ocorrência de crime comum. Analisando o recurso, o juiz reco-

nheceu que a Justiça Eleitoral tem competência para processar crimes comuns conexos aos crimes eleitorais. Contudo, apontou que essa não é a realidade do caso, já que foi concluído que não houve crime eleitoral.

"Desta forma não cabe a este Juízo nem ao Ministério Público Eleitoral manifestar sobre junta de documentos nem apontar fundamentos que justifique eventual existência de crime comum. Isso deve ser discutido em seara própria, caso venha a ocorrer, não em Embargos de Declaração em um Inquérito Policial que entendeu pela atipicidade da conduta", afirmou.

ALÍVIO NAS CONTAS

STF manda Estados baixarem ICMS da energia elétrica

Gabriel Soares

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em julgamento no plenário virtual, reduzir as alíquotas de ICMS incidentes sobre o fornecimento de energia elétrica e os serviços de telecomunicações. A decisão terá repercussão geral, passando a valer para vários casos semelhantes que tramitam nas cortes estaduais do Brasil. Em Mato Grosso, ao menos um processo irá se beneficiar com essa decisão.

A decisão foi proferida em processo movido pelas Lojas Americanas S.A. contra o Estado do Paraná. De acordo com os ministros, os Estados devem cobrar a alíquota geral de ICMS para todos os contribuintes, diante da essencialidade do serviço de energia elétrica. A corrente vencedora seguiu o voto do relator do caso, ministro Marco Aurélio Mello, que já havia votado antes de se aposentar, em julho deste ano.

"Adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, discrepam do fi-

gurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação previstas em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços", diz o voto.

A decisão do STF irá repercutir em ação movida pela Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos (ANCT) contra o Estado de Mato Grosso. No processo, a ANCT alega que seus associados têm "direito líquido e certo" de recolher apenas 17% de ICMS sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações, conforme estabelecido em alíquota geral interna.

ANTECIPADO - De toda forma, os contribuintes mato-grossenses devem passar a pagar alíquota de 17% sobre o fornecimento de energia elétrica a partir do próximo ano. Isso porque o governador Mauro Mendes (DEM) anunciou em setembro deste ano a redução do ICMS para este patamar, aplicável a todos os contribuintes. A medida deve ser votada na Assembleia Legislativa esta semana e terá validade em 2022.

JOGOS DO CUIABÁ

AL proíbe passaporte imunológico para crianças



Gilberto Leite

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou em duas votações, um projeto de lei que isenta crianças de até 12 anos de apresentarem exame de covid e comprovante de vacinação para entrar na Arena Pantanal. A medida, segundo o deputado Wilson Santos (PSDB), foi solicitada pela diretoria do Cuiabá Esporte Clube.

Segundo Wilson Santos, a mesma problemática relatada pela diretoria do Dourado foi vivenciada pelo deputado estadual Paulo Araújo (PV), que foi assistir jogo

com seu filho e foi exigido um exame de covid ou carteira de vacinação. O filho do deputado tem apenas 7 anos.

"Não tinha comprovante, o Paulo retornou para casa com o filho sem poder assistir o jogo. Isso já tinha acontecido com uma centena de pessoas. Ao mesmo tempo, tem um laboratório ao lado que cobra entre R\$ 150 e R\$ 170 por exame", disse o deputado.

Wilson ainda exemplifica o gasto que seria necessário para um pai levar 4 filhos para assistir futebol, precisaria pagar cerca de R\$ 600 de exames, além dos ingressos.

"Isso é um absurdo. E outro detalhe: o Brasil não está vacinando crianças até 12 anos. Não há vacina para essa faixa etária. O Parlamento, ajuizadamente, discutiu essa matéria e espero que ainda hoje à tarde o presidente Max possa ir ao governador para que ele sancione isso até amanhã", comentou o parlamentar.

A presença de público na Arena Pantanal foi autorizada pelo Governo do Estado na última semana de outubro após aprovação de um projeto de lei pela Assembleia Legislativa. O texto determinou que os torcedores apresentassem comprovante de vaci-

nação das duas doses ou dose única, no caso da Janssen. Outra opção seria realizar o exame para detecção da covid. Ocorre que a lei não citava as regras para crianças.

Caso o projeto seja realmente sancionado pelo governador ainda nesta semana, os pais poderão levar as crianças para ver o próximo jogo do Cuiabá, quando o Dourado pega o Palmeiras, na próxima terça-feira (30). Com isso, o Dourado contará com um incentivo a mais para vencer o terceiro colocado na tabela do Brasileirão Série A e retomar para a parte de cima da tabela. O Cuiabá está em 11º lugar.

EVOLUÇÃO

Cidades-polo do estado recuperam "prestígio" e avançam no ranking nacional; Cuiabá apresenta melhor colocação, com destaque para inovação

MT avança na competitividade

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Da redação

A capital mato-grossense e outras quatro cidades-polos do estado avançaram no Ranking de Competitividade dos Municípios em 2021. O levantamento está em sua 2ª edição e é realizado pelo Centro de Liderança Política (CLP). As classificações, divulgadas resultam de análises de dados sociais, econômicos e institucionais de 411 municípios do país, com população acima de 80 mil habitantes. Desse total, sete são de Mato Grosso.

O desempenho de cada município é avaliado em pilares que vão do saneamento básico à inovação econômica. A qualidade dos serviços prestados à sociedade é o principal indicador do que cada localidade tem a oferecer e melhorar para sua população ou aos novos moradores.

A corrida pela competitividade entre os mu-

nicipios de Mato Grosso apresentou avanços significativos no ranking geral. Apesar de ocupar posições intermediárias, Cuiabá, Tangará da Serra, Rondonópolis, Sinop e Cáceres estão em melhor posição na edição deste ano.

A melhora mais significativa foi registrada em Tangará da Serra, que subiu 55 posições ante o ranking anterior. Apesar do avanço, a cidade continua atrás de Cuiabá, que é a melhor colocada entre as cidades mato-grossenses (102º), após subir sete posições no ranking geral. Dos outros municípios analisados, Sinop e Sorriso mantiveram-se estáveis na lista, enquanto Várzea Grande caiu 14 posições.

A competitividade, sob a ótica da gestão pública, diz "respeito à capacidade de planejamento, articulação e execução por parte do poder público, em seus territórios de responsabilidade, na promoção do bem-estar social, atendimento às necessidades da população e geração de um ambiente de negócios favorável", define a entidade.

Conforme os pesquisadores, o sistema de rankings possui grande



Cuiabá se destaca no ranking de competitividade por inovação e dinamismo econômico

potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada município.

Para mapear a realidade de cidades com população acima de 80 mil habitantes, o ranking avalia três dimensões da gestão pública: institucional, sociedade e economia. Ao longo do processo de análises, cada

uma dessas dimensões é detalhada em pilares e indicadores, com seus pesos específicos.

"Todas as três dimensões são fundamentais para a competitividade municipal e formam o tripé sobre o qual a sociedade deve constantemente buscar a melhoria da performance municipal", destaca o estudo.

A dimensão sociedade possui o maior peso do ranking, com 42,4%, seguida pela dimensão

economia (38,1%) e instituições (19,5%).

Um dos indicadores econômicos é o que tem maior peso no ranking. Trata-se da inovação e dinamismo econômico (16,1%). "A dimensão economia analisa o nível de competitividade olhando-se a capacidade de uma região em produzir bens e serviços, gerar emprego e renda, possuir uma economia inovadora e dinâmica, com bom ambiente de negócio, com infra-

estrutura básica para o desenvolvimento e uma mão de obra qualificada", explica.

Neste quesito, Cuiabá é considerada uma das cidades com potencial, ocupando a 35ª posição. Outros potenciais destacados no estudo deste ano são a inserção econômica, o acesso à educação e o capital humano. Porém, a cidade ainda tem desafios para melhorar: na qualidade da educação, telecomunicação e segurança.

O Ranking de Competitividade é uma ferramenta que busca pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria de seus municípios. A partir da análise do conjunto de 13 pilares, o ranking fornece uma visão sistêmica da gestão pública estadual.

Dentre as propostas prioritárias do Ranking está 'diagnosticar e eleger prioridades'. Segundo os responsáveis, ele é uma poderosa ferramenta de gestão. "O ranking fornece as bases para um diagnóstico preciso e auxilia os líderes públicos na construção de políticas públicas assertivas, além de auxiliar empresas e empreendedores a destinar seus investimentos para as localidades mais adequadas".

NATAL E ANO NOVO

Com alívio na pandemia, cidades programam festas de fim de ano

Da redação

Com a aproximação do Natal e Ano Novo, algumas prefeituras de Mato Grosso anunciam a retomada da celebração pública das datas, que há um ano não acontece por causa da pandemia do coronavírus. Cáceres, a princesinha do Pantanal, e Porto Esperidião são algumas das

cidades que planejam uma 'festa' para a população, caso os casos de covid-19 não aumentem.

Com uma programação de celebração de 13 dias, Cáceres (322 km da Capital) trará atrações nacionais e regionais para se apresentarem em um espaço montado para comportar grande público.

"Faremos uma grande festa de final de ano em um lugar aberto, conscientes de que a pandemia ainda não terminou. A partir do dia 4 de dezembro teremos o Natal de Luz, que é projeto para ser o maior evento depois do FIPE (Festival Internacional de Pesca). Serão 13 dias de atrações musicais", disse Antonia Eliene Liberato Dias (PSB),

prefeita de Cáceres, durante reunião com o governador Mauro Mendes (DEM) e outros prefeitos da região Oeste de Mato Grosso.

O município já vacinou 61.330 pessoas com a 1ª dose e 50.075 com a 2ª dose, acumulando uma cobertura de 60% da população. De março de 2020 ao dia 25 de novembro, foram 12.003 casos confirmados da doença e 433 óbitos em decorrência do novo coronavírus. Atualmente 15 pessoas estão internadas e 20 sendo monitoradas.

Quanto ao Carnaval, a prefeita não garantiu festa e disse que ainda tem tempo para anunciar se fará algum evento na data.

"Prefiro não falar nada agora, pois dependemos do cenário da pandemia e de recursos, que não estão garantidos. Nos preocupa também os registros de casos de covid-19 em outros países. Temos receios e, por isso, não vou me antecipar sobre o Carnaval", disse.

As comemorações em Porto Esperidião já estão com planejamento em dia, porém, caso haja um aumento no número de casos da covid-19, o prefeito Martins Dias de Oliveira (PSD) irá cancelar a festa.

"O planejamento já está pronto, mas infelizmente ainda estamos com o esquema vacinal baixo. Apenas 67% da população está vacinada, enfrentamos resistência contra a vacina, pois existem alguns teimosos", falou.

Segundo ele, o município conseguiu se manter por 21 dias sem novos casos da doença, mas na última semana 13 pessoas estão internadas e uma pessoa morreu na quarta-feira (24).

"Se aumentar mais vamos cancelar. Também não irei liberar o uso das máscaras. Va-

mos manter até que o governo decida pela suspensão", garantiu o prefeito.

Sobre o assunto, o secretário de Saúde Gilberto Figueiredo disse que, em dezembro, o governo deve discutir sobre a obrigatoriedade do uso da máscara. Até lá, o foco é na vacinação. "O mais importante nesse momento é a vacinação. Fazer esforço para que as pessoas que não se vacinarem, vacinem. Aqueles que não tomaram a segunda dose, que procurem os postos para tomar. A terceira dose já está chegando e tem gente que não tomou nem a segunda ainda. Então, por agora gora é pensar nesse grupo", falou.

A população de Porto Esperidião é de 12.017 habitantes, desses apenas 7.505 estão vacinados com a primeira dose e 5.425 com a segunda. Os dados estão no site da Prefeitura, sem data de atualização. Em setembro o município não registrou mortes. Em agosto foram quatro, três homens e uma mulher, vítimas da covid-19. Em outubro, o último óbito foi de uma mulher de 69 anos, no dia 20.

ENCONTRO COM PREFEITOS - Prefeitos de 22 municípios participaram de uma reunião com o governador Mauro Mendes, na quinta-feira (25) para debater obras e ações na região Oeste.

Participaram os prefeitos de Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

PERDENDO FORÇA

Deterioração do cenário econômico já afeta lançamentos planejados para o 3º trimestre, mas Mato Grosso resiste à crise que assola o país

Mercado de imóveis desacelera

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Aumento da inflação, incertezas no cenário político e desemprego. A conjunção desses três problemas cria um cenário desafiador para trabalhar com vendas de imóveis no país. O segmento que registrou um boom de vendas durante a pandemia agora precisa rever seus planos. Apesar de as condições para compras ainda serem boas para os compradores, as intenções de compra registraram queda de 7%, segundo o último levantamento feito pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional).

Inflexão. Esse foi o termo que prevaleceu nos resultados do setor imobiliário brasileiro no 3º trimestre de 2021, apresentado pela CBIC, nesta semana. Isso significa que o mercado teve uma mudança de

rota durante o período, contrariando o planejamento.

“Os números reforçam o que foi dito desde o ano passado, que o mercado só tende a crescer. Porém, os motivos para a redução das vendas se devem a três grandes fatores: inflação, cenário político do Brasil e o aspecto do emprego. E esses três itens têm a ver com insegurança futura”, destacou José Carlos Martins, presidente da CBIC.

A escalada da taxa de juros também traz preocupação. Quando baixos, os juros criam condições favoráveis para aquisição de um imóvel. Ao longo da crise sanitária, esse foi o fator que prevaleceu e impulsionou o setor, com crescimento de 21,24% dos investimentos no acumulado de 12 meses até outubro. Só que esse cenário está mudando.

“Este será o melhor ano dos nossos indicadores nacionais, tanto em lançamentos quanto vendas, mesmo a par de todos os problemas que temos enfrentado. Estamos chegando num equilíbrio entre o acumulado de lançamentos e vendas”, destacou Celso Petrucci, vice-presidente da área de Indústria Imobiliária da CBIC.



Inflação dos insumos da construção impediu e adiou lançamentos previstos para o 3º trimestre

A confirmação desse desempenho no setor até o fim do ano depende, justamente, do seu principal fator de vendas, que é o controle da inflação. Para as empresas do setor, os resultados só não serão melhores em razão da alta nos custos de insumos da construção. Cimento, aço, tijolo... todos os materiais de construção tiveram alta de preços, o que impediu ou atrasou alguns lançamentos.

“O aumento nos insumos dos materiais de construção impactou, novamente, os números do mercado imobiliário no país no 3º trimestre deste ano. Motivadas por essa elevação – e sem a contrapartida do poder de compra das famílias –, as vendas de imóveis novos registraram queda de 9,5% este trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado”, aponta a CBIC.

Para voltar ao eixo esperado, o setor es-

tuda novas estratégias de vendas e cobra medidas governamentais que ajudem a aliviar a situação de insegurança, que voltou a abalar o mercado de imóveis. Conforme o vice-presidente da área de Indústria Imobiliária da CBIC, quem mais sofreu com os aumentos dos custos foram os empreendedores e empreendimentos do Casa Verde Amarela (CVA).

“O primeiro motivo é que alguns empresários

seguraram seus produtos por conta da dúvida de viabilidade econômica e redução drástica de margem de lucro dos empreendimentos. O segundo motivo é que a resposta do governo para adequação do programa, com calibragem da curva de descontos e o aumento dos limites máximos de preço, só veio em setembro para entrar em vigor em outubro”, explicou Celso Petrucci.

De acordo com os dados da entidade, a participação do CVA caiu para 40%, mas já foi próxima a 65%.

MATO GROSSO – O mercado na região metropolitana de Cuiabá se mostrou mais resistente ao cenário de instabilidade do 3º trimestre. No entanto, até o encerramento do ano, os segmentos ligados ao setor de imóveis podem sentir a pressão oriunda do cenário econômico.

Dados do Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi-MT) mostram que o setor atingiu a marca de R\$ 1,2 bilhão em valores transacionados em pouco mais de 3,2 mil unidades comercializadas no 3º trimestre. Os resultados são os melhores já registrados para o período desde o início do estudo, em 2015.

AJUDA DE CUSTO

Famílias de baixa renda vão receber Vale Gás

Andreia Verdélio/ABR

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a lei que cria o Programa Gás dos Brasileiros, o chamado auxílio gás, que vai subsidiar o preço do gás de cozinha para famílias de baixa

renda. A medida foi publicada na segunda-feira (22) no Diário Oficial da União e ficará em vigor por cinco anos, contados a partir da abertura dos créditos orçamentários necessários.

Cada família beneficiada vai receber, a cada

dois meses, o equivalente a 50% da média do preço nacional do botijão de 13 quilos. Esse valor será estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP),

nos seis meses anteriores, conforme regras que ainda serão definidas em decreto.

O auxílio será destinado às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda fa-

miliar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou que morem na mesma casa de quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ele será concedido, preferencialmente, às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência. A preferência de pagamento também será para a mulher responsável pela família.

O governo utilizará a estrutura do Auxílio Brasil para fazer os pagamentos do auxílio gás. A operacionalização do programa social é feita pela Caixa Econômica Federal.

FONTE DE RECURSOS – O programa será financiado com recursos dos royalties pertencentes à União na produção de petróleo e gás natural

sob o regime de partilha de produção, de parte da venda do excedente em óleo da União e bônus de assinatura nas licitações de áreas para a exploração de petróleo e de gás natural. Além disso, serão utilizados outros recursos que venham a ser previstos no Orçamento Geral da União e dividendos da Petrobras pagos ao Tesouro Nacional.

A lei tem ainda como uma das fontes de financiamento o montante que cabe à União da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que passará a incidir sobre o botijão de gás de 13 quilos.

Aprovado no mês passado pelo Congresso, a previsão é que o benefício terá um custo de cerca de R\$ 592 milhões e poderá atender dois milhões de famílias do CadÚnico.

ARROCHO

Inflação já chega perto de 10%

Da redação

A renda dos brasileiros já encolheu mais de 9% em 2021, percentual que está bem acima do intervalo de tolerância (5,25%) previsto pelo Banco Central. Para o mês de novembro, a previsão é que a variação de preços dos produtos e serviços mais consumidos pela população venha com novo aumento, de 1,17%.

A previsão é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que avaliou o comportamento dos preços entre o dia 16 outubro ao dia 15 de novembro.

Com a previsão de alta de 1,17% na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de novembro, o poder de compras das famílias deverá cair em 9,57%, no acumulado do ano. Em números, isso significa que uma família que sobrevive com apenas um salário mínimo (R\$ 1,1 mil) terá uma redução de quase R\$ 105 em sua renda.

Apesar de o IPCA-15 trazer apenas uma previsão de inflação para grupos com renda de um a 40 salários mínimos, os itens inflacionados do mês de novembro têm peso maior sobre a população mais vulnerável, que ganha até cinco salários mínimos. Para este grupo, o gasto com gás, energia e transporte restringe o acesso a outros itens, também essenciais.

Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram alta em novembro. Porém, desta vez, os principais culpados pelo empobrecimento da população pertencem aos grupos de Transportes, Habitação e Saúde. Os três, juntos, contribuíram com 0,88 pontos percentuais (p.p.) no IPCA-15, o equivalente a cerca de 75% do índice.

No grupo Transportes, o gasto com a gasolina se destacou mais uma vez, com a alta de 6,62%. O combustível teve o maior peso na previsão de novembro (0,40 p.p.). Quando observados os números

acumulados no ano, a alta da gasolina chega a 44,83%. Também houve altas nos preços do óleo diesel (8,23%), do etanol (7,08%) e do gás veicular (2,59%). O encarecimento desses produtos pode restringir a locomoção da população, além de pressionar novas altas na produção de alimentos.

O botijão de gás foi o maior vilão da cesta de produtos avaliados pelo IBGE. A inflação deste item ficou em 4,34% em novembro. O gás sofre reajustes consecutivos há mais de um ano. Desde junho de 2020, já são 18 meses de aumentos, que acumulam alta de 51,05%. O vasilhame de 13 quilos (kg) é vendido acima dos cem reais na maioria dos estados brasileiros.

Trás do gás de cozinha, o gasto com energia elétrica segue consumindo boa parte da renda das famílias. A vigência da bandeira tarifária Escassez Hídrica desde setembro segue acrescentando R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos.

O conjunto dos itens mais caros da cesta de novembro fecha com a influência das altas dos produtos de higiene pessoal (1,65%) e farmacêuticos (1,13%). Para fechar o índice geral, os demais grupos que contribuíram para o aumento da inflação foram o de Vestuário (1,59%), e Alimentação e bebidas (0,40%).

ALÍVIO NO MERCADO – A desaceleração do grupo Alimentação e Bebidas (que saiu de 1,38% em outubro para 0,40% em novembro) deve-se às altas menos intensas e quedas nos preços de em alguns itens, como as carnes (-1,15%), o leite longa vida (-3,97%) e as frutas (-1,92%).

Altas foram percebidas no preço do tomate (14,02%), do frango em pedaços (3,07%) e do queijo (2,88%), mas em nível menos intenso que no mês anterior. Já os preços da batata-inglesa (14,13%) subiram mais que o observado em outubro (8,57%) e a cebola teve variação positiva (7%) após a queda de 2,72% no mês anterior.



Famílias beneficiadas vão receber 50% do valor de um botijão de gás a cada dois meses

EXPORTAÇÕES

Sem exportar carne para a China há mais de dois meses, produtores sentiram peso no bolso, com queda de 20% no preço da arroba

Abertura parcial anima criadores

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Após mais de dois meses sem exportar carne bovina para a China, os produtores foram surpreendidos com a retomada do comércio na terça-feira (23), suspenso em razão de dois casos atípicos da doença da vaca louca em Mato Grosso e Minas Gerais. A exportação ocorrerá, em um primeiro instante, somente dos produtos que haviam sido certificados antes do embargo, ocorrido em 4 de setembro.

Apesar de autorizar somente os produtos certificados até o embargo, os produtores mato-grossenses, veem com bons olhos e como um caminho natural a 'retomada parcial'. Segundo Francisco Manzi, diretor técnico da Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat), os produtores foram bastante prejudicados pelas medidas, principalmente em razão do preço oferecido pelos

frigoríficos, que chegou a uma redução de 20%.

"Nós vemos com bons olhos e era o que precisava cronologicamente ser feito, mas a gente espera mais. Esperamos que ela (China) ratifique mesmo as compras e possa fazer novos contratos de compra para podermos continuar tendo mais um mercado para atender, que é tão importante como o da China", afirmou Francisco, que também é pecuarista e médico veterinário.

Além do impacto negativo no preço da carne bovina para os criadores, houve uma queda de mais de 50% na exportação. Segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), Mato Grosso vinha em crescente nas exportações, saindo de 37,34 mil toneladas equivalentes à carcaça (TEC) em junho para 55,50 mil TEC no mês em que houve o embargo. Após isso, o volume de exportação caiu para 25,89 mil TEC. Portanto, houve uma redução de pouco mais de 55%. Já a arrecadação caiu pouco mais de 57%.

CASO DA VACA LOUCA ESTÁ ELUCIDADO - Ainda segundo Francisco Manzi, os dois casos atípicos da doença da vaca louca surgidos em Mato Grosso e Minas Gerais já estão elu-



As exportações foram suspensas em setembro após dois casos de doença da vaca louca

cidos, mas novos casos podem ocorrer, haja vista que o Brasil tem mais de 200 milhões de cabeças de gado e que, segundo o diretor técnico, é de esperar que haja um caso para 10 milhões de cabeças.

"A Organização Mundial de Saúde Animal classifica os países quanto ao risco

para a doença da vaca louca e o Brasil é considerado com risco insignificante, continua sendo com risco insignificante, o menor patamar que existe na organização", explicou. "Mas como ela é espontânea, é possível [novos casos], não é nem 'e se' é 'quando'", completou.

Ainda de acordo com Francisco, o embargo sofrido durante quase três meses não afetou a programação dos criadores, pois a pecuária é uma atividade de longo prazo e a orientação da Acrimat é que seus associados invistam cada vez mais em tecnologia e aumentem a margem para investimentos. "O

pecuarista, de uma forma geral, é sempre otimista. É uma atividade a longo prazo, não é algo que o pecuarista possa falar: "nesse ano eu vou criar ou não vou criar". É de muito a longo prazo, normalmente é um ciclo de até 3 anos", concluiu.

MINISTRA DIZ QUE NÃO HOUVE DESCONTROLE - A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, também comemorou o fim do embargo chinês na terça-feira. A imprensa nacional, a ministra disse que as negociações com a China, para colocar fim de vez ao embargo, estão em andamento e que a situação será resolvida até o próximo mês. Ela ainda descartou falta de controle da doença da vaca louca.

"Não tem nada descontrolado, nunca houve. Foram casos atípicos. Tanto que a autoridade mundial, que é a OIE liberou o Brasil em dois ou três dias. Rapidamente o caso foi concluído e todos os países membros da OIE liberaram a carne. Só a China que tem um protocolo diferente com o Brasil e que o Brasil teve que fazer a sua auto suspensão", disse, apresentando que não existe nenhum motivo para preocupação dos consumidores internos e externos.

FUTURO INCERTO

Cuiabanos decidem conter gastos

Da redação

O sentimento de incertezas quanto ao futuro do trabalho toma conta dos cuiabanos na reta final do ano. Mesmo com o retorno do faturamento das atividades econômicas, depois de dois anos de crise sanitária do coronavírus, os cuiabanos ficaram mais prudentes na hora das compras. A perda do poder de compra, um dos efeitos da inflação, e a falta de perspectiva profissional para os próximos seis meses estão entre as razões do contingenciamento de gastos das famílias.

Conforme pesquisa que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) de Cuiabá, o mês de novembro apresentou queda de 1,2% sobre o mês anterior e o índice atingiu 72,4 pontos. Apesar disso, ainda permanece em patamar melhor que no mesmo período do ano passado, quando estava em 68,4 pontos. O índice é definido em uma escala de 0 a 200. Valores abaixo de 100 pontos indicam insatisfação enquanto acima de 100 indica satisfação.

Porém, dois dos sete itens que compõem o ICF em Cuiabá ganham destaque negativo nesta edição. Segundo o levantamento, a perspectiva profissional é de pessimismo e a ren-

da atual dos cuiabanos encolheu 4,7% somente na passagem do mês de outubro para novembro.

A perda nos rendimentos das famílias "já mostra uma desaceleração na recuperação da economia", apontam os pesquisadores. O levantamento identificou que 43,9% dos entrevistados, em uma amostra de 500 pessoas, afirmaram que a renda familiar atual está pior que no mesmo período do ano passado.

A avaliação geral desse quesito se mostra insatisfatória desde setembro, sempre com pontuações abaixo de 100. Neste período, foi na passagem de outubro para novembro que a avaliação sobre a renda feita pelas famílias sofreu a maior queda dos últimos três meses, ficando em 81,3 pontos.

"A Renda Atual dos cuiabanos, divulgada na pesquisa, apresentou queda mensal de 4,7% sobre o mês anterior, o que ajuda a mostrar uma desaceleração na recuperação da economia. Mesmo assim, ainda temos observado condições mais favoráveis em 2021 sobre o ano anterior", disse José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada durante esta semana pelo IBGE, con-

firma a nova realidade do mercado de trabalho. "Apesar da recuperação gradual observada no mercado de trabalho, a partir do segundo semestre de 2021, os rendimentos dos trabalhadores apresentaram queda de 2,2%, evidenciando o recrudescimento da pandemia sobre a renda efetiva do trabalhador", reforçam os autores do estudo.

Esse comportamento do mercado de trabalho tem raízes nas condições de trabalho que a população tem se submetido. "As pesquisas recentes revelam uma recuperação da população ocupada nos últimos meses, a ponto de indicar uma ligeira redução da taxa de desemprego. Contudo, as taxas de desocupação e informalidade permanecem em patamares bastante elevados. Houve ainda variações preocupantes em indicadores de desalento, subocupação e renda do trabalho", complementou Sandro Pereira Silva, pesquisador do Ipea.

SEM PERSPECTIVA - Os cuiabanos também estão pessimistas com relação à carreira profissional. Conforme a pesquisa, o item que mede a perspectiva profissional registrou uma queda mensal de 7,5%, chegando aos atuais 88,4 pontos. Em comparação com o mesmo período do ano passado,

o componente acumula queda de 9,4%, quando somava 97,5 pontos.

Para a federação do comércio do estado, a recente queda é reflexo dos efeitos da elevação nas taxas de juros e da inflação que atingiu todo o mundo. Para o diretor de Pesquisas do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio (IPF-MT), Maurício Munhoz, Cuiabá resistiu mais do que o resto do país, "já que no mês passado, enquanto o Brasil já apresentava queda no índice de intenção de consumo das famílias, a Capital mantinha o mesmo índice".

"O clima inflacionário deixa a impressão de que haverá uma diminuição no consumo, no entanto, contraditoriamente, o próprio entrevistado afirma que sua perspectiva de consumo continua grande", finaliza Maurício.

A PESQUISA - O ICF investiga junto aos consumidores as avaliações que estes fazem sobre sete itens: Emprego Atual, Perspectiva Profissional, Renda Atual, Facilidade de Compra a Prazo, Nível de Consumo Atual, Perspectiva de Consumo no curto prazo e Oportunidade para compra de bens duráveis. Todas essas avaliações podem ser analisadas separadamente e também de forma segmentada em dois níveis de renda.

AGRICULTURA FAMILIAR

Inscrições para o CAF estão abertas

Assessoria GOV

Entidades públicas e privadas ligadas à agricultura familiar interessadas em integrar a Rede do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (Rede CAF) já podem solicitar a autorização ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF).

Dentre as entidades que podem integrar a rede estão, por exemplo, prefeituras, empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ema-ter), entidades sindicais por intermédio de confederações, institutos com atuação na agricultura familiar ou área correlacionada e outros. Entidades de todo o Brasil que realizam a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) também precisam solicitar o ingresso na Rede CAF para ser um agente cadastrador.

A partir do dia 31 de dezembro deste ano, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) substituirá a DAP de forma gradativa e será a principal ferramenta para o acesso às ações, programas e políticas públicas voltadas para geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

Para ser um cadastrador da Rede CAF, é preciso atender alguns

requisitos, como ter capacidade técnico-operacional para realizar o atendimento ao cidadão e operacionalizar o Sistema CAFweb, como também se comprometer com o gerenciamento, a transmissão, a guarda e o sigilo dos dados e informações envolvidas no procedimento de inscrição.

Após o envio da documentação, o requerimento será analisado pela Coordenação de Cadastro do Agricultor Familiar do Mapa e deferido ou não. A entidade autorizada poderá compor a Divisão de Rede Emissora de CAF e passará a emitir o referido documento aos agricultores familiares, empreendimentos familiares e formas associativas da agricultura familiar.

AGRICULTOR FAMILIAR - O coordenador do CAF, Gabriel Assmann, alerta que, após o lançamento do novo cadastro, "o produtor familiar que ainda tiver uma DAP válida não precisará substituir o documento imediatamente".

Ele destaca que as DAPs emitidas até o dia 31 de dezembro de 2021 permanecerão válidas até o final de sua vigência. A partir daí, então, o agricultor fará a inscrição no CAF em caráter permanente, sendo a validade do seu registro renovada a cada dois anos.